

## ÉTICA E ECONOMIA

Arnaldo Fortes Drummond  
UFOP — MG

MANFREDO ARAÚJO DE OLIVEIRA, *Ética e Economia*. São Paulo: Atica, 1995, 103 pp.

**A** abordagem dos graves desequilíbrios econômico-sociais pela reflexão ética é das últimas reservas embora, desde sempre, a mais fecunda para a descoberta de soluções verdadeiramente humanizadoras. Não é à toa, o interesse pela tema no horizonte intelectual e político, para não dizer da moda.

O livro de Manfredo, entretanto, não é fruto do modismo. Seguro e versado, sistematiza obras tanto da filosofia, seu campo específico de docência, como do pensamento econômico, atualizando o debate e abordando a questão no eixo correto: da filosofia para a economia. A propósito, estamos muito longe dos primórdios da Economia Política Moderna em que a preocupação moral se avizinhava da reflexão econômica, como ocorre em Adam Smith, cuja obra é antes a do moralista. Em nossos dias, a formação humanista distanciou-se da ciência econômica. E para os ciosos da abordagem científica, não é demais lembrar, afinal, que ética é ciência de 2500 anos na qual o estudioso de filosofia é que tem familiaridade com o tema!

O primeiro e segundo capítulos tratam da atualização do debate ético centrado na Ética do Discurso, sobretudo na Pragmática-transcendental de Apel. O terceiro e último capítulo faz a crítica ética ao neoliberalismo, tratando-o como mentalidade do momento e não, mero receituário econômico ou político, como a interpretação imediatista ou interessada

pretende recomendá-lo. Fazendo as vezes de sistema ao idolatrar o mercado como demiurgo capaz de definir o agir, fazer e conhecer da humanidade, o neoliberalismo, paradoxalmente, não construiu teoria que abranja tais dimensões. Nisso reside sua vulnerabilidade: o neoliberalismo tem de se defrontar com toda a tradição do pensamento humanista desde os gregos, sobretudo a Ética, abordada neste livro através de temas como liberdade, dignidade da pessoa humana, necessidade e natureza humana, a ação humana, racionalidade filosófica e racionalidade científica, para citar os mais destacados.

O autor aponta, de um lado, a fragilidade explicativa do neoliberalismo porque a verdade do mercado é sempre *ex-post*, logo, desprovido a rigor de estatuto epistemológico ou de pretensão teórica; de outro, a insuficiência do formalismo das éticas do discurso nesta época de profundos desequilíbrios sociais em que é preciso definir objetivamente algum conteúdo moral.

A unidade indissociável entre Ética e Economia é de imediato tematizada no primeiro capítulo que descreve a ação econômica nos dois planos, o empírico e o das intenções, um dirigido pela ciência demonstrativa, outro pela ética, respectivamente. O liberalismo e o neoliberalismo têm em comum que o entrelaço do auto-interesse dos indivíduos é o principal fator de progresso econômico porque o mercado estabelece a coordenação e a disciplina. "Numa palavra, a prosperidade econômica é fruto da negação da ética. (...) Significa a isenção radical da moralidade na vida humana uma vez que a questão dos fins da ação humana em última instância é decidida pelo mercado" (67).

O mercado, entretanto, obedece à lógica humana. Os contratos estabelecidos têm sempre um pressuposto: *pacta sunt servanda*, os compromissos são para serem cumpridos. Caso contrário, toda vez que o auto-interesse fosse prejudicado, não se honraria o contrato. Formal ou informalmente, as relações contratuais estão presentes no mercado. Referindo-se a Habermas e Apel, o autor lembra que sempre há o princípio de fundamentação ética, íncito em qualquer ciência como princípio de linguagem.

Na sociedade capitalista, continua o autor, o conceito de liberdade é coisificado através do princípio de livre iniciativa, livre concorrência e mercado livre. Identifica-se com liberdade *para-possuir*, não liberdade *dever-ser* "exigência originária a efetivar-se historicamente" (p. 11) num processo permanente de constituição de uma sociabilidade geradora de liberdade. A comunidade e a sociedade passam a ser derivadas das relações de troca entre indivíduos isolados, expressos em agentes ou fatores de produção — terra, capital, trabalho — em cuja sociabilidade o elevado índice de concentração de renda pode conviver ao lado da condição universal de miséria, como é o caso brasileiro.

O segundo capítulo do livro chama atenção para o “modo social-democrata de produção” de Chico de Oliveira que justifica nova ordem econômica baseada na crescente participação do Estado coexistindo com a iniciativa privada na organização sócio-política e econômica. Sentido inverso do neoliberalismo em que mercado é Deus *ex-machina* e Estado só se justifica através de políticas compensatórias onde não atue o mercado. Para o autor, baseando-se em Chico de Oliveira, o conflito entre as esferas pública e privada se resolve na instância política — publicização da luta de classe — através de fundo público crescente proporcionado pela intervenção do Estado, via tributação. Este fundo antecipa o que arrecada e, com isso, busca compensar a queda tendencial de investimento da iniciativa privada que potencialmente diminui suas condições históricas de gerar valor pela redução do peso relativo da força de trabalho no produto, com o desenvolvimento tecnológico. Neste caso, o autor sugere a tese de Marx da tendência histórica da queda da taxa de lucro. Tal fundo comum, gerenciado pelo conjunto das classes sociais, determina as políticas públicas para seu uso e não poderá, por isso, obedecer à racionalidade lucrativa. Sem polemizar, Manfredo cita em nota J. Gorender que discorda radicalmente de Chico de Oliveira. Para Gorender, o fundo público é hegemonizado pela burguesia porque o Estado continua regido por normas burguesas e tudo permanece na esfera do valor: o fundo é uma soma de valor retirada do investimento privado e desviada para o investimento público.

Ainda no segundo capítulo, H.Jonas e Lima Vaz são citados para fundamentar a crise ética do nosso tempo cuja raiz recua aos primórdios da modernidade, com hegemonia da razão instrumental sobre a razão humanista. Para Jonas, prevalecem o *ethos* do utilitarismo, a redução dos problemas humanos à dimensão técnica, a conquista e o domínio da Natureza e a ausência da ética da responsabilidade em relação à construção do futuro. Para Lima Vaz, a crise ética que se arrasta nos últimos séculos tem como fundamento gnosiológico o deslocamento do eixo simbólico do universo do Ser para o da Representação: “o sujeito é agora o ‘criador do sentido’, o conhecimento deixa de ser teoria, a contemplação dos princípios primeiros do pensar e agir, para se fazer *poiesis*, a fabricação do sentido de acordo com os procedimentos operacionais do próprio sujeito” (p. 26).

O autor aponta a “ética da maioria” de Rouanet que também critica a prevalência da razão instrumental. Este propõe a recuperação iluminista para a saída da crise ética, através da autonomia em todas as esferas da vida humana, nas dimensões universalista, individual e emancipadora.

Na última parte do segundo capítulo, propõe a ética da solidariedade histórica que parte da Pragmática-transcendental de Apel mas, devido

à perspectiva formal, quer superá-la. Para fugir a qualquer preço da falácia naturalista, Apel propõe um *telos* que nunca se objetiva pois se expressa no princípio da idéia regulativa que consiste em eliminar ao máximo a distância entre a comunidade ideal e a comunidade real de comunicação. Segundo Manfredo, aí surge a seguinte aporia: "já que os transcendentais pragmáticos compreenderam com perspicácia que não é possível uma ética sem fundamentação última, é estranho que não tenham compreendido que, sem princípios materiais, ou mais ainda, sem uma hierarquia de valores e bens não é possível um consenso racional em questões éticas... o que só é possível (para enfrentar os problemas de hoje) quando valores éticos materiais (acabar com as causas que geram os excluídos sociais) se possam transformar nos valores norteadores de processo civilizatório, o que significa reconstruir a socialidade a partir de novos fins-fundamentos" (p. 33 ).

Ancorado em Hösle, Manfredo considera a Ética do Discurso insuficiente diante das indagações: "Como transcender um consenso apenas fático? Donde legitimar a normatividade do consenso? Que é um consenso "racional"? Basta a discussão para garantir a racionalidade?" Conforme Türcke e Hösle, também citados, aquela ética toma a verdade por validade e "confunde-se a gênese da verdade numa comunidade de comunicação com a questão de sua validação... ou algo vale porque é universalmente reconhecido, então estamos sempre sem razão diante de alucinações coletivas, ou algo dever ser reconhecido, porque vale, porque é racional, então precisamos de critérios materiais que nos permitam distinguir um consenso fático de um consenso racional. Tais critérios não nos são dados pela pragmática transcendental, aliás nem os acha necessários" (Notas 156/158/160).

No terceiro capítulo, propõe a mediação entre a racionalidade comunicativa da Ética do Discurso e a racionalidade estratégica ou instrumental, à luz do debate mercado *versus* planificação, em Economia. Implica em estabelecer o primado do princípio formal básico da Ética do Discurso que é o *a priori* intrascendível de toda argumentação sobre qualquer racionalidade estratégica.

O caráter epistêmico do mercado como único operador capaz de estabelecer o equilíbrio entre os agentes econômicos não se sustenta logicamente, de acordo com Manfredo, citando Hinkelammert. Para este, contra a tese de Hayek, o mercado não pode ser a instância capaz de coordenar a multiplicidade de ações dos agentes econômicos pela simples razão que seu conhecimento é *ex-post*. As ações só seriam equilibradas se houvesse possibilidade de conhecê-las *ex-ante*. Neste caso, o mercado seria dispensável como instância conhecedora e coordenadora, como admite o próprio Hayek, quando considera que nele o equilíbrio perfeito é uma autocontradição. Por outro lado, a favor de Hayek, considera-se que o nível de complexidade da economia não permite conhe-

cimento *a priori* das ações. Juntamente com von Mises, Hayek foi um dos principais expoentes da escola austríaca, a que buscou restabelecer o liberalismo em sua vertente mais radical, em contraponto ao keynesianismo prevalente dos anos 30 até a década de 70. Por isso, são considerados pais do neoliberalismo e ganharam hoje notoriedade que não tiveram à época das primeiras formulações, nos anos quarenta. Hayek atribuiu ao mercado uma função epistêmica. Para ele, o planejamento global, ou a economia centralmente planejada, é estruturalmente incapaz da melhor alocação dos recursos disponíveis porque não dispõe das informações indispensáveis do processo econômico, como pretendiam as economias socialistas no início dos anos 50. Assim, nem mercado nem o Estado mais poderoso, são capazes de efetivo controle da Economia.

A falha dos dois pólos exclusivos — mercado ou planificação central — obriga, segundo Manfredo, a uma alternativa para se atingir o equilíbrio das relações econômicas que vise ao crescimento acompanhado de distribuição de renda.

A alternativa proposta é “através da planificação global que, não eliminando o mercado, se pode assegurar, por um lado, uma distribuição de renda adequada à satisfação das necessidades e, por outro lado, uma estrutura de emprego para todos... Assim como o mercado supre a falta de conhecimento completo, assim, também, a planificação emerge como necessária para suprir a incapacidade estrutural do mercado para assegurar um equilíbrio econômico”. Ao contrário de Hayek, a planificação “não levanta a pretensão de possuir um conhecimento completo”, mas é complemento necessário ao mercado exatamente porque não existe conhecimento completo das relações econômicas (80-81).

Só essa planificação obrigatória, continua Manfredo, é que pode canalizar investimentos com relevância social, desvinculados de compromisso com rentabilidade, e almejar o pleno emprego, o que foge à lógica capitalista estrita. A intervenção do Estado na Economia capitalista torna-se, pois, necessária na medida que agravam os desequilíbrios inerentes aos mecanismos de mercado. Ela se justifica por duas razões insubstituíveis:

- a) a planificação para resguardar o interesse público em questões como distribuição de renda, pleno emprego e degradação ecológica, sem a eliminação do mercado;
- b) a universalização máxima das oportunidades de afirmação das pessoas para o efetivo exercício da liberdade. Só a intervenção estatal, citando Tugendhat, é capaz de corrigir assimetrias nos contratos já que nem a escolha, nem a capacidade, nem a oportunidade, fatores essenciais à liberdade, são “igualmente presentes em todas as pessoas. Daí

a razão de ser da intervenção estatal e o direito das pessoas a ela" (nota 147).

O livro de Manfredo reforça a inelutável conclusão de que o Neoliberalismo não pode tornar redivivo o liberalismo clássico sem fazer a virada ética em direção à razão. No mundo grego clássico, a atividade econômica era considerada capítulo da Ética. Na modernidade, ao contrário, a ciência ganha autonomia em relação à moral e, sobretudo, no empirismo inglês, de onde surge a Economia Política Moderna, o fundamento da moral é deslocado da razão para o sentimento. Adam Smith, um dos formuladores da nova concepção de moral, o *moral sense*, denomina *sympathy* na obra *The Theory of Moral Sentiments*, 1759, ao que Hume havia caracterizado como sentimento de humanidade: o principal fundamento da moral, o móvel da conduta humana, expresso no indivíduo na busca imediata da utilidade e da satisfação. Por isso, na teoria de Smith, o egoísmo econômico, longe de contrariar, é o fundamento moral do progresso da sociedade através do pleno desempenho da livre iniciativa. Só que, a partir de Kant, a moral novamente retorna à razão e fica superado o paradigma ético do sentimento, no qual se alicerçou o liberalismo clássico e toda a teoria econômica correspondente. Como justificar hoje o egoísmo econômico como saída ética se indivíduos e grupos privados são mais poderosos que países ou blocos de países num processo crescente de exclusão econômico-social e político?

Cabe o registro negativo da má qualidade da edição. A revisão não cuidou da sintaxe, nem soube incorporar notas que valeriam estar no corpo do texto. Além disso, com tanto recurso gráfico, não se justifica a colocação de notas no final do capítulo! No terceiro capítulo, a leitura fica penosa: vinte páginas de notas, num total de cento e cinquenta e três, indispensáveis ao texto com o mesmo número de páginas.

Endereço do Autor:  
Instituto de Artes e Cultura  
Rua Coronel Alves, 55  
35400-000 Ouro Preto — MG